



Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela

Unidade Orgânica

Rua Republica, 70 e 72 - 5370-347, Mirandela, Telefone: 278201770 Fax: 213506001 Email: mirandela.taf@tribunais.org.pt

CÓPIA DE EDITAL

Processo: 462/14.9BEMDL	Ação administrativa comum [Ant NCPTA]	Ref.º: CAMPO RESERVADO Data: 29-05-2017
Réu: EDP - Gestão da Produção de Energia, SA (e Outros) Autor: Freguesia de Mondim de Basto		

FAZ-SE SABER, que nos autos de ação popular supra identificada, que se encontra pendente neste tribunal, e interposta pelo autor acima indicado, são CITADOS, os titulares de interesses em causa nos presentes autos e residentes na Freguesia de Mondim de Basto, para passarem a intervir, querendo, no PRAZO de 30 dias, que começa a correr depois de finda a DILAÇÃO de 30 dias, a título principal, - **sendo obrigatória a constituição de mandatário judicial** - aceitando a fase em que se encontrar, e para declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pelo autor ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de lhes não serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo da representação ser suscetível de recusa pelo representado até ao termo da produção ou fase equivalente, por declaração expressa nos autos (n.ºs 1 e 4 do art.º 15.º da Lei 83/95, de 31 de Agosto) relativamente aos factos articulados pela Autora que consiste:

- A dar início à execução do projecto de construção da Albufeira de Fridão aprovada pelo Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Eléctrico;
- Ou, a decidir pela sua não execução, com a consequente revogação da Portaria nº 498/2010, de 14 de Julho;
- A reconhecer os prejuízos causados à Autora e aos cidadãos residentes na Freguesia de Mondim de Basto pela indefinição em que se encontra, desde 1 de Novembro de 2011, a execução do projecto de construção da Albufeira de Fridão, cuja liquidação deverá ser relegada para a execução de sentença, ao abrigo do disposto no artigo 609º nº 2 do NCPC;
- A Indemnizar, com a quantia que vier apurar-se em sede de liquidação de sentença, a Autora e cidadãos residentes na Freguesia de Mondim de Basto e que se associem a título principal à presente acção, pelos prejuízos a que deram causa com a indefinição em que se encontra, desde 1 de Novembro de 2011, a execução do projecto de construção da Albufeira de Fridão;
- Ao pagamento à Autora e aos cidadãos residentes na Freguesia de Mondim de Basto que se associem a título principal à presente acção de sanção pecuniária compulsória nos termos do alegado em 48º desta PI;
- No pagamento à Autora e aos cidadãos residentes na Freguesia de Mondim de Basto de juros à taxa legal desde a citação e até efectivo e integral pagamento sobre as quantias supra peticionadas,

conforme consta da petição inicial, cujo duplicado se encontra neste tribunal à ordem do(s) citando(s).

O(A) Juiz de Direito,

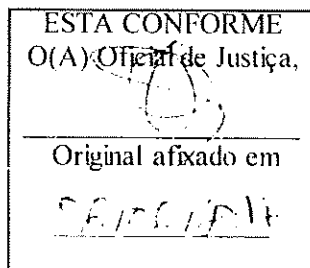
a) Assinatura digital

Marco Aurélio Madureira Moreira

O(A) Oficial de Justiça,

a) Assinatura digital

Carlos Manuel Dias Lopes



Notas.

- As férias judiciais decorrem de 22 de dezembro a 3 de janeiro: de domingo de Ramos à segunda-feira de Páscoa e de 16 de julho a 31 de agosto.
- Nos termos do n.º 1 do art.º 11.º do Código de Processo dos Tribunais Administrativos é obrigatória a constituição de advogado